



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC 4206/989/18
Poder EXECUTIVO
Município Monte Aprazível
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE APRAZÍVEL
Período 10/2018
Relator Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora UR-08 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO
Responsável Nelson Luiz Aranjues Montoro
Cargo PREFEITO
CPF 419.510.697-49
Período de Gestão 01/01/2017 a 14/05/2018
Responsável MARCIO LUIZ MIGUEL
Cargo PREFEITO
CPF 279.915.868-47
Período de Gestão 15/05/2018 a 31/12/2020

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 02/2016, vimos por meio deste alertá-lo(a) a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Publ. RREO Balanço Orçamentário	10	2018
Publ. RREO Dem. Função / Subfunção	10	2018
Publ. RREO Dem. Apuração RCL	10	2018
Publ. RREO Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	10	2018
Publ. RREO Resultado Nominal	10	2018
Publ. RREO Resultado Primário	10	2018

Publ. RREO Restos a Pagar	10	2018
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	10	2018
Publ. do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	10	2018

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 07/12/2018
Hora da Geração: 21:54:38